

execução penal (Lei 7.210, de 1984). 8 Das infrações penais de repercussão interestadual ou internacional (Lei 10.446, de 2002). 9 Da identificação criminal (Lei 12.037, de 2009). 10 Da violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei 11.340, de 2006). 11 Do Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826, de 2003). 12 Do sigilo das operações financeiras (Lei Complementar 105, de 2001). 13. Das Comissões Parlamentares de Inquérito (Leis 1.579, de 1952 e 10.001, de 2000).

Subárea: Defesa Nacional, Segurança Pública e Relações Internacionais

I - SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA NACIONAL. 1. Segurança e defesa interna. 1.1. A doutrina e o direito da segurança nacional. 1.2. Medidas de defesa do Estado e das instituições democráticas. 1.3. Estado de defesa e estado de sítio. 1.4. Intervenção federal nos estados. 1.5. Segurança pública e seus órgãos institucionais. 1.6. Polícia federal, marítima, aérea, de fronteiras, rodoviária, ferroviária e portuária. 1.7. Polícia civil, polícia militar e corpo de bombeiros militar dos Estados e do Distrito Federal. 1.8. Sistema Nacional de Segurança Pública. 1.9. A Secretaria Nacional de Segurança Pública. 1.10. Força Nacional de Segurança Pública. 1.11. Segurança Pública e defesa civil. 1.11.1. Política Nacional de Defesa Civil. 1.11.2. Sistema Nacional de Defesa Civil (Lei 12.340, de 1º de dezembro de 2010). 1.12. Segurança Pública e crime organizado. 1.13. Cooperação internacional no combate ao crime organizado. 1.14. Diferenças entre Segurança Pública, Segurança Nacional e Defesa Nacional. 2. Segurança e defesa externa: aspectos constitucionais, legais e doutrinários. 2.1. Defesa territorial, aeroespacial, marítima. 2.2. Questões de fronteiras e limites do território nacional. 2.3. Espaço aéreo e marítimo. 2.4. Assuntos referentes às Forças Armadas e Auxiliares: administração pública militar, em seus aspectos institucionais, organizacionais e funcionais. 2.5. Organização judiciária militar e Ministério Público Militar. 3. Direito militar e legislação de defesa nacional. 3.1. Serviço militar e prestação civil alternativa. 3.2. Estudos estratégicos e novas ameaças. 3.3. Direito dos conflitos armados. 3.4. Guerra e neutralidade. 3.5. Declaração de guerra, condições de armistício e de paz. 3.6. Litígios internacionais, neutralidade em face de conflitos internacionais e intervenção em países estrangeiros. 3.7. Envio de tropas brasileiras para o exterior. 3.8. Presença de tropas estrangeiras no território nacional. 3.9. Direito Penal Militar e Direito Processual Penal Militar. 3.10. Direito Constitucional Militar. 3.11. Crime militar: elementos constitutivos, características, admissibilidade e tipificação. 4. Assuntos referentes à faixa de fronteira e às áreas consideradas indispensáveis à defesa nacional. 4.1. Estabelecimento, controle ou exploração de centros de pesquisa e desenvolvimento e de indústrias que interessem à defesa do País. 4.2. Produção e comercialização de material bélico. 4.3. Requisições civis e militares em caso de iminente perigo e em tempo de guerra. 4.4. Acordos e organismos internacionais de cooperação e assistência em assuntos militares. 5. Política de Defesa Nacional e Estratégia Nacional de Defesa. 5.1. Ministério da Defesa: estrutura, organização e funcionamento. 5.2. Legislação de Defesa Nacional. 5.3. Acordos internacionais de Segurança e Defesa. 5.4. Cooperação internacional na área de Defesa. 6. Atividade de Inteligência. 6.1. Inteligência: conceitos. 6.2. Escopo e categorias de inteligência (inteligência, contrainteligência e operações de inteligência). 6.3. Funções da Atividade de Inteligência. 6.4. Fontes e meios de obtenção de dados: princípios norteadores da Atividade de Inteligência. 6.5. Legislação brasileira de Inteligência. 6.6. A Política Nacional de Inteligência. 6.7. Legislação de salvaguarda de assuntos sigilosos. 6.8. Segurança da Informação. 6.9. O Sistema Brasileiro de Inteligência e a Agência Brasileira de Inteligência. 6.10. Inteligência e Segurança Pública. 6.11. Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública. 7. Controle da Atividade de Inteligência. 7.1. Inteligência, democracia e controle. 7.2. Classificação do Controle da Atividade de Inteligência. 7.3. Mecanismos não parlamentares de controle. 7.4. O Controle Parlamentar da Atividade de Inteligência. 7.5. O controle da Atividade de Inteligência no Brasil. 7.6. A Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência do Congresso Nacional. 8. Segurança, Defesa e as Novas Ameaças. 8.1. O crime organizado transnacional. 8.2. Terrorismo. 8.3. Proliferação de armas de destruição em massa. 8.4. Ameaças à ordem institucional e ao Estado democrático de direito. 8.5. O Estado e as novas ameaças: mecanismos de resposta.

II RELAÇÕES INTERNACIONAIS. 1. Direito Internacional Público e a ordem constitucional brasileira. 2. Sujeitos de direito internacional. 3. Nacionalidade: brasileiros natos e naturalizados. 4. Estrangeiros e sua condição jurídica. 5. Responsabilidade internacional. 6. A solução pacífica de controvérsias: meios diplomáticos, políticos e judiciários. 7. Fontes do direito internacional. 7.1. Tratado. 7.2. Costume internacional. 7.3. Princípios gerais do direito. 7.4. Meios auxiliares - doutrina e jurisprudência. 7.5. Outras fontes - atos unilaterais e decisões de organizações internacionais. 8. Direito internacional e direitos humanos: noções gerais. 8.1. Sistema interamericano de proteção. 9. A guerra: noções, gênese, classificação, as leis da guerra, as hostilidades, estado de beligerância, estado de guerra sem declaração formal. 9.1. A guerra terrestre, marítima, aérea e espacial. 9.2. A guerra nuclear. 9.3. A guerra química. 9.4. A terminação da guerra: modos, efeitos, a questão do julgamento dos criminosos de guerra, as reparações. 9.5. Relações entre beligerantes. 9.6. Segurança coletiva. 9.7. A interdição ao recurso à força. 9.8. A intervenção e a segurança coletiva; doutrinas. 9.9. Os princípios da não intervenção e da autodeterminação. 9.10. Organizações militares de defesa. 9.11. Desarmamento e a não proliferação das armas nucleares. 10. O território: domínio terrestre, composição, extensão e limites, demarcação. 10.1. Domínio Público Internacional. 11. Direito do Comércio Internacional: a OMC e seu sistema de solução de controvérsias.

Subárea: Direito Econômico e Regulação, Direito Empresarial e do Consumidor

I - Direito Econômico. 1. Origem histórica e doutrinária. 2. Conceito, objeto, autonomia e competência legislativa. 3. Evolução constitucional. 4. Constituição Econômica. 4.1. Ordem econômica. 4.2. Fundamentos e princípios gerais da atividade econômica. 5. Atuação estatal na economia. 5.1. Apropriação privada dos meios de produção. 5.1.1. Jazidas em lava ou não. 5.1.2. Recursos minerais. 5.1.3. Propriedade. 5.1.4. Exploração e aproveitamento. 5.1.5. Autorização e concessão. 5.1.6. Limites. 5.1.7. Interesse nacional. 5.1.8. Intervenção estatal no domínio econômico: competência. 5.1.9. Atuação em serviços públicos. 5.1.10. Intervenção indireta do Estado no domínio econômico: fiscalização, incentivo e planejamento. 5.1.11. Intervenção direta do Estado no domínio econômico: participação e absorção. 5.1.12. Contrato de concessão de pesquisa e exploração de petróleo e gás natural. 5.1.13. Contrato de partilha de produção de petróleo e gás natural. 6. Liberdade de iniciativa econômica: limitações e condicionamentos. 6.1. Atuação estatal na economia em regime de monopólio. 7. Empresas estatais. 7.1. Empresas estatais prestadoras de serviços públicos e seu regime jurídico. 7.1.1. Estatuto jurídico da empresa estatal. 7.2. Empresa pública. 7.3. Sociedade de economia mista. 8. Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). 8.1. Natureza jurídica. Tratado de Assunção e Protocolos do MERCOSUL. 8.2. Propósitos, princípios, instrumentos e órgãos do MERCOSUL. 8.2.1. Barreiras tarifárias e não tarifárias. Tarifa externa comum. 8.3. Sistema de solução de controvérsias entre Estados-partes. 8.4. Sistema de defesa comercial no âmbito do MERCOSUL. 9. Direito Antitruste. 9.1. Origens e objeto. 9.1.1. Estruturas de mercado: concorrência perfeita, concorrência monopolística, oligopólio e monopólio. 9.1.2. Teoria microeconômica. 9.2. Princípios constitucionais da livre concorrência e da repressão ao abuso de poder econômico. 9.2.1. A liberdade de iniciativa econômica. 9.3. Controle preventivo e controle repressivo na defesa da concorrência. 9.3.1. Processo e procedimentos administrativos na defesa da concorrência. 9.3.1.1. Incidentes processuais: termo de compromisso de desempenho, acordo de leniência, medida preventiva e termo de compromisso de cessação de prática. 9.3.2. Práticas comerciais restritivas da concorrência. 9.3.3. Monopólios, oligopólios e trustes. 10. Análise econômica do direito. Princípios gerais e aplicações. 10.1. Eficiência econômica e teoria da justiça. 11. Organização Mundial do Comércio. 11.1. GATT. Comércio internacional. Mercado comum. 11.2. Princípios, propósitos e órgãos da OMC. 11.3. Sistema de solução de controvérsias na OMC. 11.4. Sistema de defesa comercial no âmbito da OMC. 12. Direito do Turismo.

II - Direito Empresarial: 1. Evolução histórica do Direito Empresarial. 1.1. O comércio medieval. 1.2. O absolutismo, a Revolução Francesa e o Direito da Empresa. 2. Teoria do Direito da Empresa. 2.1. Elementos da atividade empresária. 2.2. Função econômica da Empresa. 2.3. Fontes do Direito da Empresa. 2.4. Ordem econômica constitucional e Direito da Empresa. 3. Empresário individual. 3.1. Caracterização e Inscrição. 3.2. Capacidade. 4. Empresa Individual de Responsabilidade Limitada. 5. Teoria do Estabelecimento. 5.1. Alienação do estabelecimento. 5.2. Locação empresarial. 6. Institutos Complementares. 6.1. Registro, Nome Empresarial, Prepostos e Escrituração. 7. Pequeno Empresário, Microempreendedor Individual, Micro e Pequena Empresa. 7.1 Registro e Legalização de Empresas e Negócios. 8. Sociedade Empresária. 8.1. Teoria Geral das sociedades. Contrato de sociedade. Sociedade simples e sociedade empresária. Sociedades não personificadas. 8.2. Conceito de sociedade empresária, ato constitutivo, personalidade jurídica, tipos de sociedades, direitos e deveres dos sócios, administração e gerência. 8.3. Sociedade limitada. 8.3.1. Sociedade unipessoal. 8.4. Desconsideração da pessoa jurídica. 8.5. Sociedade anônima. 8.5.1. Constituição e responsabilidade dos sócios. 8.5.2. Valores mobiliários. 8.5.3. Poder de Controle. 8.5.4. Governança Corporativa. 8.6. Dissolução, liquidação e extinção das sociedades empresárias. 8.7. Transformação, incorporação, fusão e cisão das sociedades empresárias. 9. Propriedade Industrial. 9.1. Patentes, modelos de utilidade, marcas, expressões e sinais de propaganda e outros signos distintivos. 9.2. Concorrência desleal e parasitária. 9.3. Contratos de propriedade industrial e transferência de tecnologia. 9.4. Segredo empresarial. 10. Contratos empresariais. 10.1. Alienação fiduciária em garantia, arrendamento mercantil, fomento mercantil, concessão e representação empresarial, franquia, contratos bancários e de cartão de crédito. 11. Direito Bancário e Securitário. 12. Jogos e loterias. 12.1. Jogo de bingo. 13. Títulos de crédito. 13.1. Conceito, características e classificação. 13.2. Letra de câmbio, nota promissória, cheque, duplicata, conhecimento de depósito, cédulas e notas de crédito rural, industrial e comercial e outros títulos. 14. Direito Falimentar. 14.1. Recuperação judicial e extrajudicial. 14.1.1. Cessão fiduciária de direitos creditórios. 14.2. Falência. 14.3. Intervenção e liquidação extrajudicial de instituições financeiras. RAET. Responsabilidade dos administradores e do sócio controlador.

III - Direito do Consumidor: 1. Origem histórica e princípios. 2. Ordem constitucional e consumidor. 3. Consumidor: conceito e espécies. 4. Política Nacional de Defesa do Consumidor. 5. Direitos básicos do consumidor. 5.1. Inverso do ônus da prova. 6. Qualidade dos produtos e serviços. 6.1. Proteção à saúde e à segurança do consumidor. 7. Prevenção e reparação dos danos ao consumidor. 7.1. Responsabilidade civil pelo fato e pelo vício do produto ou serviço. 7.2. Responsabilidade solidária dos causadores do dano. 7.3. Decadência e prescrição nas relações de consumo. 8. Desconsideração da personalidade jurídica. 9. Práticas comerciais. 9.1. Oferta. 9.1.1. Publicidade. 9.2. Práticas comerciais abusivas. 9.3. Cobrança de dívidas. 10. Banco de dados de proteção ao crédito. 10.1. Cadastro positivo. 11. Proteção contratual. 11.1. Cláusulas abusivas. 11.2. Contratos de adesão. 12. Sistema Nacional de Defesa do Consumidor. 12.1. Sanções administrativas. 13. Ação do consumidor em juízo. 13.1. Ação coletiva. 13.2. Ação de responsabilização do fornecedor. 13.3. Coisa Julgada. 14. Comércio eletrônico. 15. Superendividamento.

Subárea: Direitos Humanos e Cidadania

1. Política e democracia: teorias da democracia; poder e dominação; representação e participação política; pluralismo; grupos de pressão e minorias políticas; conflito e controle social; democracia, soberania e direitos humanos. 2. Estado e sociedade: movimentos sociais: participação, mobilidade e mudança social; ação coletiva e novos atores sociais; políticas sociais: concepção, avaliação e financiamento; terceiro setor. 3. Desigualdade social, exclusão e violência; estrutura, organização e estratificação social; grupos e classes sociais; pobreza e miséria; integração e inclusão social. 4. Serviço social: políticas de inclusão social; programas de transferência de renda; assistência social: pressupostos e alcance; Sistema Único de Assistência Social: estrutura, organização e funcionamento. 5. Direitos humanos: fundamentos, princípios e características, evolução histórica e sistemas de proteção; incorporação das normas internacionais; direitos e garantias fundamentais: civis, políticos, econômicos, sociais e culturais; direito à solidariedade e ao desenvolvimento; direitos sexuais e reprodutivos; direitos de personalidade: identidade, intimidade e vida privada; direitos gerais e direitos específicos; conflito e harmonização dos direitos; educação para os direitos humanos e cultura da paz. 6. Cidadania: direito à igualdade e direito à diferença; discriminação, preconceito e intolerância; violação de direitos: trabalho escravo e trabalho infantil, fome e desnutrição, tortura e maus tratos, abuso e exploração sexual, tráfico de pessoas, pluralismo e proteção à diversidade; liberdades de consciência, crença, expressão do pensamento, associação e manifestação da orientação sexual; ações afirmativas; sistema de proteção integral; envelhecimento; acessibilidade e desenho universal; preservação cultural; inimputabilidade penal; identidade de gênero. 7. Direitos humanos positivados: instrumentos internacionais de promoção e proteção; Constituição Federal; Estatuto da Criança e do Adolescente e legislação correlata; Estatuto do Idoso e legislação correlata; Estatuto do Índio e legislação correlata; Estatuto da Igualdade Racial; Lei Maria da Penha; Lei Orgânica da Assistência Social e legislação correlata; Lei de Acessibilidade e legislação correlata; Programa Bolsa Família; Programa Nacional de Direitos Humanos. 8. Órgãos pertinentes: competências e funcionamento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal.

Subárea: Comunicações e Tecnologia da Informação

1. Internet e Tecnologias de Informação. 1.1. Internet. 1.1.1. Estrutura de Governança global da Internet: Internet Corporation for Assigned Names and Numbers - ICANN, World Summit on the Information Society - WSIS, Internet Governance Forum - IGF, União Internacional de Telecomunicações - UIT. 1.1.2. Organização da Internet no Brasil. 1.1.2.1. Aspectos jurídicos: princípios de governança, classificação dos serviços, direitos e obrigações dos provedores e usuários. 1.1.2.2. Aspectos institucionais: Comitê Gestor da Internet no Brasil e órgãos auxiliares. 1.1.2.3. Políticas públicas propostas: o marco civil da Internet, fomento à inovação tecnológica. 1.1.3. Exploração. 1.1.3.1. Infraestrutura para provimento de acesso: cenário atual. 1.1.3.2. Estrutura do mercado. 1.1.3.3. Demanda. 1.1.3.4. Principais serviços e tecnologias. 1.1.3.5. Financiamento. 1.1.4. Temas Gerais. 1.1.4.1. Neutralidade de rede. 1.1.4.2. Comércio eletrônico. 1.1.4.3. Propriedade intelectual e Direito Autoral. 1.1.4.4. Segurança. 1.1.4.5. Tributação e o Sistema Público de Escrituração Digital. 1.1.4.6. Crimes. 1.1.4.7. Outsourcing. 1.1.4.8. Redes Sociais. 1.1.4.9. Política e Eleições. 1.2. Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). 1.2.1. A economia das funções estruturantes das TIC (armazenamento, processamento e transporte da informação). 1.2.2. Princípios de Governança de TI (custo de propriedade, desempenho, segurança, interoperabilidade, usabilidade, etc.). 1.2.3. Desenvolvimento e padronização: processo e fóruns nacionais de padronização e participação brasileira nos fóruns globais; principais obstáculos à inovação em TICs e os desafios da escala e do acesso ao mercado externo; a utilização do mercado interno de TIC nas negociações comerciais com outros países. 1.2.4. Tecnologias dominantes e principais tendências: cloud computing, IPTV, VoIP, SaaS, FTTx, certificação digital, e-gov, web 3.0, e-learning, mobile payment, Gestão Eletrônica de Documentos (GED), entre outras. 2. Comunicações. 2.1. As comunicações na ordem constitucional: radiodifusão, telecomunicações e mídia impressa. 2.2. Políticas de comunicações no Brasil: histórico e cenário atual. 2.3. Organização institucional. 2.3.1. Ministério das Comunicações. 2.3.2. Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL). 2.4. Ordenamento legal. 2.4.1. Lei 4.117, de 1962 (Código Brasileiro de Telecomunicações). 2.4.2. Lei 8.389, de 1991 (Lei do Conselho de Comunicação Social). 2.4.3. Lei 8.977, de 1995 (Lei de TV a Cabo). 2.4.4. Emenda Constitucional 8, de 1995. 2.4.5. Lei 9.472, de 1997 (Lei Geral das Telecomunicações). 2.4.6. Lei 9.612, de 1998 (Lei de Radiodifusão Comunitária). 2.4.7. Lei 10.610, de 2002 (Lei da Participação do Capital Estrangeiro na Radiodifusão e na Mídia Impressa). 2.4.8. Lei 11.652, de 2008 (Lei da Empresa Brasil de Comunicação). 2.4.9. Lei 12.485, de 2011 (Lei do Serviço de Acesso Condicionado). 2.5. Ordenamento infralegal. 2.5.1. Decreto 5.820, de 2006 (TV Digital). 2.5.2. Decreto 6.654, de 2008 (Plano Geral de Outorgas). 2.5.3. Decreto 7.175, de 2010 (Plano Nacional de Banda Larga). 2.5.4. Decreto 7.512, de 2011 (Plano Geral de Metas para Universalização do Serviço Telefônico Fixo comutado prestado no Regime Público - PG-MU). 2.5.5. Regulamentação específica dos serviços de radiodifusão e de telecomunicações. 2.6. Fundos Setoriais. 2.6.1. Organização e arrecadação dos fundos setoriais. 2.6.2. Ordenamento legal. 2.6.2.1. Lei 5.070, de 1966 (FISTEL). 2.6.2.2. Lei 9.998, de 2000 (FUST). 2.6.2.3. Lei 10.052, de 2000 (FUNTEL). 2.7. Legislação comparada: Europa e Estados Unidos. 3. Audiovisual. 3.1. Políticas do audiovisual no Brasil: histórico e cenário atual. 3.2. Organização institucional. 3.2.1. Ministério da Cultura. 3.2.2. Agência Nacional do Cinema (ANCINE). 3.3. Ordenamento legal. 3.3.1. Medida Provisória 2.228-1, de 2001 (MP da Ancine). 3.3.2. Lei 11.437, de 2006 (Lei que altera a destinação da Condecine). 3.3.3. Lei 12.485, de 2011 (Lei do Serviço de Acesso Condicionado).